

Identidade principal

De: "FNDC" <imprensa@fndc.com.br>
Para: "Sebastião Santos" <tiaosantos@vivario.org.br>; "PT - Partido dos Trabalhadores - Israel Bayma" <israelbayma@uol.com.br>; "Gustavo Gindre" <indec@indec.org.br>; "Aepet" <aepet@aepet.org.br>; "Murilo Ramos" <ecco.murilo@terra.com.br>; "Tais Ladeira" <fulam_tais@hotmail.com>; "José Guilherme Franco Gonzaga MST" <joguigon@uol.com.br>; "José Domingues de Godoi Filho" <secretaria@andes.org.br>; "Comitê Rio" <comiterio@hotmail.com>; "Juliano" <juliano.carvalho@uol.com.br>; "Danilo Nicolaidis" <nicolaidis@yahoo.com>; "Daniel Cassol" <dbcassol@yahoo.com.br>; "CUT/RS - Assessoria de Imprensa" <impcutrs@terra.com.br>; "Comitê SP" <cleo@netpoint.com.br>; "Comitê RS" <james@accessocom.com.br>; "Marcio Câmara Leal - Sind. Rad. RJ" <jose.soter@bol.com.br>; "Jonas Valente" <ninguemdorme@yahoo.com>; "Diva Lúcia Conde" <divaluciaconde@rjnet.com.br>; "Daniel Herz" <dherz@terra.com.br>; "Schröder" <schröder@zaz.com.br>

Enviada em: segunda-feira, 10 de fevereiro de 2003 11:27
Anexar: ATT00015.txt
Assunto: Clipping FNDC - Europa contra audiovisual brasileiro



CLIPPING DO DIA
 10 de Fevereiro de 2003

Audiovisual

UE pode restringir entrada de produtos audiovisuais brasileiros

10/02/2003

Genebra, 10 de Fevereiro de 2003 - A TV Globo exporta novelas para toda Europa. E começou a fazer difusão direta por televisão a cabo no velho continente. Essa situação pode mudar a qualquer hora, se a União Européia (UE) decidir cassar as transmissões ou restringir a compra de novelas estrangeiras por seus países membros. A possibilidade desse bloqueio acontecer existe.

Ainda mais com a decisão anunciada na semana passada em Bruxelas pelo comissário europeu para o Comércio, Pascal Lamy. Lamy disse que a União Européia definitivamente não aceitará negociar abertura de mercado para audiovisual, educação e saúde nas negociações em andamento do comércio internacional de serviços na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Isso significa que a UE não aceita consolidar situações que, por exemplo, já existem, como as transmissões diretas da Globo por televisão a cabo em alguns países europeus. No momento não há entraves para a transmissão, mas não há direitos assegurados.

Compromisso formal

Se aceitasse a consolidação na OMC como compromisso formal, e um dia recuasse, a UE teria que dar compensações ao Brasil. Sem consolidação, pode inclusive restringir ainda mais a produção audiovisual estrangeira em seus 15 países membros, que, no futuro, se tornarão 25.

"Se um membro da OMC se compromete com obrigações na entidade, e não as cumpre, ficará ameaçado de sofrer retaliação comercial ou pagar compensações aos parceiros que se julgarem afetados por eventuais barreiras", diz um técnico.

Os países que pediram na OMC para a UE negociar melhor acesso de produção audiovisual foram Brasil, Estados Unidos, Japão, China e Índia. Quando o Brasil fez sua demanda, foi entre outras razões para assegurar o compromisso jurídico do que já existe.

Para Bruxelas, porém, a liberalização do setor audiovisual está fora de questão. A UE quer manter restrições à entrada de filmes e outras produções, para estimular o produto nacional.

Para os europeus, os serviços culturais não são um produto como os outros e não podem ser submetidos às mesmas regras comerciais de qualquer outro produto de consumo.

Novelas para 130 países

O interesse do Brasil pelo assunto se explica pela venda de novelas a cerca de 130 países nos últimos dez anos. Certos representantes do setor, no Brasil, che-garam a procurar o governo demonstrando pouco interesse na liberalização internacional do setor, porque temiam reciprocidade, ou seja, que o País

também abrisse mais seu mercado.

Ocorre que as negociações de serviços são um caso a parte na OMC. Nelas, os países industrializados devem oferecer mais abertura. É o que se chama de "reciprocidade a menos" pelos países em desenvolvimento.

As discussões vão prosseguir nos próximos meses. Mas a UE promete não se mexer na área de audiovisual.

Quanto a não negociar saúde e educação, parece mais versão européia "para inglês ver". Afinal, como lembram fontes próximas da OMC, a União Européia tem compromissos consolidados de abertura aos estrangeiros nas áreas de educação primária e secundária. Os estrangeiros também podem comprar hospitais. O que a UE certamente não aceitará é o pedido da Índia, de abrir seu mercado a profissionais da saúde - médicos e enfermeiros - para trabalhar na Europa comunitária. Assis Moreira - Gazeta Mercantil/Página C4

TV paga

NET oficializa nomeação de Valim

07/02/2003, 10h25

Em fato relevante divulgado ao mercado, a Net Serviços informa que, conforme antecipado por este noticiário em 22 de janeiro último, o novo diretor geral da empresa, eleito pelo seu Conselho de Administração em reunião encerrada em 6 de fevereiro, é Francisco Tosta Valim Filho. "A contribuição do novo executivo principal deverá ser particularmente valiosa para a companhia no contínuo redirecionamento e fortalecimento de suas operações assim como na conclusão do reequacionamento de sua dívida", afirma o comunicado oficial. Valim tem larga experiência no mercado de TV paga e já esteve no comando da Net Sul, quando houve a fusão entre a empresa do grupo RBS e a Net Serviços (na época ainda com o nome de Globo Cabo). Na ocasião, a Net pagou cerca de US\$ 2,8 mil por assinante da Net Sul, incluindo a dívida. Após a fusão, Valim dedicou-se ainda ao desenvolvimento de negócios no grupo RBS, incluindo os portais regionais de Internet do grupo gaúcho, quando transferiu-se para a diretoria financeira da Telemar. Da Redação - Pay-TV News

Saem regras dos 3% sobre a programação estrangeira

07/02/03, 17h52

A Ancine publicou nesta sexta, dia 7, a Instrução Normativa número 1 de 2003. Trata-se da atualização das regras para recolhimento da contribuição de 3% por parte dos programadores internacionais de TV paga que remetam valores ao exterior.

As regras ficaram parecidas com as do ano passado, mas houve pelo menos uma alteração significativa. A conta para depósito dos 3% precisa ser aberta em uma agência específica, no Rio de Janeiro. Trata-se da Agência Governo do Banco do Brasil, código 2234-9, na Rua Lélío Gama número 105. Para abrir a conta é preciso ter o ato de constituição da empresa, ato de nomeação dos responsáveis, RG e CPF do responsável entre outras exigências.

A liberação dos recursos só pode ser feita se os mesmos forem aplicados exclusivamente na produção e co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta, média e longa metragens, co-produção de telefilmes, co-produção de minisséries e programas de televisão de caráter educativo e cultural.

Caso a programadora defina um projeto e este seja aprovado pela Ancine, o dinheiro que estiver no Banco do Brasil será transferido diretamente para uma conta em nome do beneficiário (quem executa a produção ou co-produção, com quem a programadora deverá ter um contrato).

O prazo para uso dos recursos dos 3% permanece o mesmo, ou seja, 270 dias a partir de cada depósito. Isso significa que o melhor é que os repasses ao exterior sejam feitos em bloco, para que os recursos possam ser utilizados em bloco também. Remessas mensais ao exterior significam que a programadora terá que recolher um pequeno valor mensalmente, e o uso desses recursos terá também prazo escalonado.

A nova Instrução Normativa revoga a IN 9 de 2002 e entra em vigor a partir desta sexta. Ela está disponível no site da Ancine (www.ancine.gov.br). Samuel Possebon - Pay-TV News

SBC negocia a compra da DirecTV

10/02/2003

Nova York - A rede de televisão norte-americana SBC Communications iniciou negociações intensas para a compra da DirecTV, empresa de TV via satélite controlada pela Hughes Electronics, da General Motors. O valor do negócio deve superar a casa dos US\$ 10 bilhões, informou o jornal New York Times na última sexta-feira, citando fontes próximas às conversações, que começaram neste ano.

Se concretizado, o negócio colocará a SBC em competição direta com a News Corp., do milionário das comunicações Rupert Murdoch. O empresário vem perseguindo a DirecTV há três anos na tentativa de incluí-la ao seu império global de satélites. Murdoch e o principal executivo da Liberty Media, Robert Bennett, também estão considerando uma oferta conjunta para a DirecTV, segundo declarações de Bennett no mês passado. Outros interessados na DirecTV são a Cablevision e a General Electric.

A DirecTV é maior empresa de TV via satélite dos Estados Unidos, com 11,2 milhões de assinantes. Os negócios da SBC em telecomunicações andam em queda. No último trimestre, a SBC informou uma retração de 6% na receita para US\$ 11,2 bilhões. A empresa encerrou 2002 com 31,4 milhões de usuários de linhas telefônicas, registrando queda de 9,1%. A DirecTV tem feito previsões de uma receita de aproximadamente US\$ 9,5 bilhões em 2003.

"A SBC está evidentemente procurando por um caminho para voltar a ter crescimento na receita", diz o analista da Davenport & Co., F. Drake Johnstone.

O porta-voz da SBC, Larry Solon, não fez comentários sobre o assunto. Assim como o principal executivo da empresa, Edward Whitacre não deu retorno imediato às tentativas de contato.

"Nós estamos ocupados em avaliar opções estratégicas para a Hughes", disse o porta-voz da GM, Toni Simonetti. "Estamos analisando as propostas, mas não iremos comentar no momento." Gazeta Mercantil/Página C4 - Bloomberg News

Anatel

Pela primeira vez, deputado em exercício assume conselho consultivo

07/02/2003, 17h33

Pela primeira vez, a Câmara dos Deputados indicou como seu representante para o conselho consultivo da Anatel um parlamentar no exercício do mandato. Até então, a casa havia indicado funcionários ou um ex-deputado, como foi o caso de Paulo Bornhausen, do PFL de Santa Catarina. O indicado para mandato de três anos a contar do próximo dia 12 é o deputado Gilberto Kassab, do PFL de São Paulo.

O novo conselheiro tem 42 anos, é economista e engenheiro civil. Foi secretário de planejamento da prefeitura municipal de São Paulo na gestão do prefeito Celso Pitta. Na Câmara, Kassab foi presidente da Comissão de Minas e Energia e, entre outras comissões, foi membro na legislatura passada da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Na área privada, Kassab foi dirigente de diversas associações, entre elas a Associação Comercial de São Paulo e a Associação Paulista de Municípios.

Direitos humanos

O conselheiro indicado como representante dos usuários de entidades representativas de serviços de telecomunicações, Edilson Soares da Silva, 28 anos, advogado, é atualmente coordenador geral do Conselho de Defesa da Cidadania de Uberlândia/MG. Edilson atuou em diversas entidades de defesa dos direitos humanos, especialmente nos assuntos relativos a crianças e adolescentes. Da Redação - Pay-TV News

Anatel recebe dados de mega-pesquisa de satisfação

07/02/2003, 18h21

O conselho diretor da Anatel assistiu na semana passada à primeira apresentação sobre a pesquisa contratada junto a mais de 80 mil usuários de telefonia fixa e telefonia móvel a respeito da satisfação com os serviços de telecomunicações. O trabalho foi realizado ao longo de três anos pela Fundação Instituto de Administração, vinculado à Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA-USP), e pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A agência ainda está definindo como utilizar e como divulgar as informações obtidas, que servem para balizar novas metas, para saber onde estão as deficiências das empresas e para estabelecer prioridades. Não se trata de uma pesquisa com finalidade fiscalizatória, a princípio.

Foram, evidentemente, identificados muitos pontos que podem ser melhorados no relacionamento entre empresas e usuários e na qualidade dos serviços prestados.

A pesquisa deve se tornar periódica e servirá também para que a Anatel mantenha um cadastro atualizado de todos os usuários de telefonia móvel e fixa no Brasil. Samuel Possebon - Pay-TV News

Anatel quer ouvir assinantes

07/02/2003, 18h36

A Anatel está iniciando o trabalho de levantamento de dados para uma grande pesquisa de satisfação entre usuários de serviços de TV por assinatura. Trata-se, na verdade, de um levantamento mais amplo, que envolve também telefonia celular e telefonia móvel.

Em janeiro, a agência pediu a todos os operadores de TV paga que fornecessem uma relação com nomes e telefones de todos os seus assinantes. Deste banco de dados será selecionada aleatoriamente uma amostra a ser trabalhada pelas instituições Fundação Instituto de Administração (FIA) vinculada à FEA-USP, e pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ambas vêm trabalhando sobre os dados da empresas de telecomunicações.

Como tanto empresas de telefonia fixa quanto celulares abriram à Anatel sua base de clientes, é pouco provável que haja maiores resistências dos operadores de TV paga a seguir o mesmo procedimento. A maior parte dos operadores já entregou as informações ou iniciou os procedimentos para fazê-lo. A pesquisa de TV paga está programada para terminar em 120 dias, envolve cabo, MMDS e DTH e, se tudo correr bem, em abril a Anatel saberá com alguma precisão científica quem são e o que pensam os usuários de TV por assinatura do país. Samuel Possebon - Pay-TV News

Telefonia

Executivos tentam assumir controle da Embratel

07/02/2003, 19h23

Voltam a crescer os rumores de que a alta cúpula da Embratel estaria interessada em assumir o controle da carrier. O grupo de executivos que dirige a empresa, formado essencialmente por mexicanos vindos da WorldCom, tenta buscar apoio de fundos de investimentos internacionais, entre eles o Merrill Lynch e JP Morgan, para lastrear sua proposta de compra. A WorldCom estabeleceu, segundo fonte próxima ao grupo, um prazo até o dia 31 de março próximo para a concretização do negócio. A empresa, via assessoria de imprensa desmente a informação, afirmando que se trata de mais um boato.

As informações sobre a venda da Embratel, que ganham força nos últimos meses, envolvem ainda o interesse da Telecom Italia, também desmentido pela empresa. O grupo italiano teria iniciado negociações para uma eventual aquisição da carrier, atendendo inclusive uma sinalização do governo. Luiz Moura - Teletime News

Fundos pedem adiamento de votação para consórcio de celulares

07/02/2003, 16h58

Os fundos de pensão conseguiram adiar a votação nos conselhos de administração da Telemig Celular e Amazônia Celular da proposta de formação de um consórcio com a Brasil Telecom (BrT). As fundações pediram mais informações sobre o tema para poderem decidir sua posição. O assunto, portanto, foi retirado da pauta das reuniões dos conselhos que acontecerão na próxima segunda-feira, 10. Novas reuniões foram marcadas para o dia 14 para pôr em votação a proposta.

A idéia de se formar um consórcio partiu do Opportunity, que, junto com as fundações, é acionista tanto das operadoras celulares quanto da BrT, que recentemente adquiriu licenças de SMP para sua região. O objetivo é compartilhar a compra de equipamentos, o que reduziria os custos.

De acordo com um fonte ligada aos fundos de pensão, o simples voto do Opportunity não será suficiente para a aprovação do consórcio. "Nesse tipo de tema, é necessário quórum qualificado", explicou. Da Redação - Teletime News

Entidade avalia risco das ondas de rádio

10/02/2003

O MMF (Mobile Manufacturers Forum), associação que reúne fabricantes de infra-estrutura para telefonia celular, está instalando um escritório no Brasil e pode investir até US\$ 30 milhões em pesquisas regionais sobre os danos das ondas de rádio à saúde. O objetivo principal é tentar evitar que as suspeitas de risco à saúde dificultem a instalação de estações rádio base (ERBs).

O secretário-geral do MMF, Michael Milligan, esteve no Brasil na semana passada para apresentar a entidade ao governo brasileiro e às entidades do setor de telecomunicações. Segundo ele, inicialmente, a associação pretende colocar a disposição dos governos estaduais as diversas pesquisas já realizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), algumas com apoio do MMF, para comprovar que as frequências de rádio não provocam doenças, como câncer.

Segundo ele, se a associação conseguir garantir a utilização das regras já adotadas pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), as operadoras não terão problemas para instalar as ERBs. O problema é que, atualmente, cada município faz exigências próprias.

Sobre os investimentos em pesquisa, Milligan lembra que o MMF apóia diversas pesquisas que a OMS continua fazendo em diversos países. Além disso, a associação nunca participa com mais de 50% dos recursos para não gerar suspeitas de manipulação dos dados.

"O mais importante é garantir informações para a população. Até agora, todas as pesquisas realizadas não comprovaram nenhuma ligação das frequência de rádio com doenças como câncer e enxaquecas", disse Milligan. Renata Batista - Valor Econômico

TV aberta

Globo estuda criar segunda rede nacional

A TV Globo já tem prontos estudos para criar ainda neste ano uma segunda rede nacional de televisão. A nova rede ocuparia canais UHF de atuais e novos parceiros em todo o país. Transmitiria em horários alternativos parte da programação dos canais pagos da Globosat, reprises do acervo da Globo e programas jornalísticos e de entretenimento regionais.

O projeto, batizado internamente de "Rede 2", faz parte do plano da Globo de regionalização de produções e de receitas publicitárias. Substitui o Young People, formatado em 2001 para ser um canal jovem. A "Rede 2" já conta com negociações avançadas com parceiros em São Paulo e no Nordeste. Em São Paulo, o provável parceiro seria o empresário João Carlos Di Gênio, que cederia o sinal da CBI (canal 16) para a nova rede.

Um passo importante para o acordo foi dado no final do ano passado, quando Di Gênio, com o apoio da Globo, recebeu do Ministério das Comunicações o canal 14 para retransmitir em São Paulo a Cable Link, geradora do empresário em Brasília. O 14 é atualmente usado pela afiliada da Globo em Mogi das Cruzes

(Grande SP), que irá mudar para outra frequência. Já a TV Globo passa a ter em 1º de abril duas novas afiliadas. Às atuais 113 emissoras da rede serão agregados o canal de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, em Taubaté, e uma nova geradora em Itapetininga, ambos em SP. Outro Canal - Folha de São Paulo

Artigo

Incertezas rondam a Ancine

08/02/2003

Governo precisa decidir qual será o verdadeiro papel da Agência Nacional de Cinema, que ainda se encontra envolta numa série de indefinições

O cinema brasileiro passou por grande debate há dois anos e entrou novamente em discussão na virada para o novo governo. Ainda pequeno, o atual debate precisa ser feito grande. Primeiro, precisamos estruturar a conversa em seus pontos cruciais; depois, formular agenda com proposições calcadas nas conquistas do primeiro debate e numa avaliação objetiva do que foi feito no último ano do governo anterior.

As conquistas do grande debate são conhecidas. Foi a reestruturação da política cinematográfica dentro e fora do Governo Federal, com a criação de entidades como o CBC (Congresso Brasileiro de Cinema), a Ancine (Agência Nacional de Cinema) e o Conselho Superior do Cinema, bem como a distribuição da atuação governamental sobre tripé composto pelo Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Casa Civil da Presidência da República. Agora, para avaliar o que fez o governo anterior no ano passado, basta examinarmos o desempenho da Ancine no período, porque ela é a menina dos olhos da reestruturação política do cinema dentro do governo.

Evidentemente, o que precisava acontecer com a Ancine no ano passado era sua completa instalação. Infelizmente, essa instalação não se fez com o devido êxito, prejudicada que foi, não por problemas orçamentários como tem sido às vezes aventado, mas por sua continuada vinculação à Casa Civil, por erros no recrutamento e pela rusga sobre onde concentrar suas atividades, se no escritório do Rio de Janeiro ou se na sede em Brasília. Com exceção da área de regulamentação, onde a Ancine produziu instruções normativas e portarias de variada qualidade, ela não alcançou nenhum impacto discernível ao longo do ano passado, nem no fomento nem na fiscalização. E como a coroar a deficiência de sua instalação, um prosaico pregão para a compra de computadores realizado em dezembro fracassou. Ora, no Brasil de hoje não se instala para valer um órgão de governo sem computadores.

Assim, uma agenda propositiva precisa dirimir os três pontos acima e, dentre eles, o mais importante neste momento é o da sua vinculação ministerial definitiva. Quanto a essa vinculação, as principais alternativas que se apresentam são três: Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento e Ministério das Comunicações, cada uma com implicações próprias interessantes.

A vinculação ao Ministério da Cultura (MinC) teria, sem dúvida, o mérito de fortalecer aquele ministério, mas o demérito de destruir o tripé da estruturação da política do cinema no Governo Federal. O mais sensato na relação entre MinC e Ancine está mesmo na re-discussão da distribuição das competências entre a Secretaria do Audiovisual e a agência. Nesse ponto, parece-me que a divisão mais adequada e a mais facilmente realizável seria deixar com a Secretaria, entre outras coisas, o fomento e o acompanhamento de todos os projetos individuais de produção, o que ela de fato fez até novembro do ano passado. A Ancine fica com as novas modalidades de fomento que lhe são próprias e previstas nos novos instrumentos dos Funcines e do Prodecine.

A vinculação com o Ministério do Desenvolvimento é sem dúvida a mais cômoda para a Ancine neste momento, porque ela está imbricada orçamentária e espacialmente neste ministério. O tripé ficará fortalecido e a diversidade do negócio cinematográfico razoavelmente bem contemplada pela divisão de trabalho entre a agência e a Secretaria do Audiovisual. O ambiente no Ministério do Desenvolvimento, marcado por entidades como BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento) e o Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), é propício ao desenvolvimento industrial do cinema. A vinculação com este ministério não acarreta, portanto, maiores alterações no desenho contido na MP nº 2.228/1, que busca realmente um cinema industrial e de massa ainda não atingido pelo cinema brasileiro.

Já a vinculação com o Ministério das Comunicações também preserva o tripé, mas implica alterações radicais no desenho e nos objetivos da agência. Poderá acontecer, por exemplo, que ela perca as competências de fomentar e regulamentar, ficando apenas com a de fiscalizar. O cinema deixará de ser tratado ali como cultura ou como indústria do entretenimento, para ser tratado como informação, o que seria algo inusitado. A Ancine poderá fundir-se com a Anatel para dar lugar a uma Agência Nacional da Comunicação, perspectiva que dá bem a idéia das grandes alterações possíveis.

Enfim, o melhor que o Governo Federal precisa e deve fazer neste momento é definir onde fica, com quem fica e como fica a Ancine, pois essa agência encontra-se dividida entre aqueles que a querem no Rio de Janeiro e os que a querem em Brasília, entre outros que a querem monocrática e fechada e os que a querem colegiada e aberta. Em todo caso, a Ancine está sendo e continuará a ser vista com carinho, pois, como asseverou Orlando Senna, secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, ela "é órgão de importância especial, por funcionar como componente vital do elemento internacionalmente estratégico

que é o audiovisual". João E. da Silveira é cientista político e membro da Diretoria Colegiada da Ancine - Correio Braziliense

Política

Fraude autoriza grampo político

08//02/2003

No inquérito aberto pela Polícia Federal para investigar a realização de escutas em telefones de autoridades, pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, já existe uma prova de que um mandado judicial foi fraudado para permitir a instalação de um grampo no aparelho celular do primeiro-secretário da Mesa da Câmara, deputado Geddel Vieira Lima.

O "Relatório de Inteligência-002", datado de 4 de fevereiro último, e assinado pelo superintendente da PF na Bahia, delegado José Ricardo Botelho, diz que o número - de final 7080 - pertencente ao deputado, foi "acrescentado à mão" a um mandado expedido pela juíza Tereza Cristina Navarro-Riberto, da Comarca de Itapetinga, em maio do ano passado.

De acordo com o documento, já em poder do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, a juíza havia autorizado às empresas TIM Maxitel e Telemar o monitoramento de uma série de telefones, a pedido da Secretaria de Segurança, para a investigação de casos de seqüestros na região de Itapetinga. Durante a campanha eleitoral, no ano passado, o deputado Geddel Vieira Lima comunicou à PF e ao Ministério da Justiça a suspeita de que seus telefones, fixos e celulares, poderiam estar grampeados, em virtude de boatos de que ele e outros personagens da política baiana estariam sendo alvos de espionagem política.

Solicitou uma varredura, na qual foram constatadas "vulnerabilidades no acesso às referidas linhas", conforme laudo assinado pelo perito André Fernandes Britto, mas não escutas telefônicas.

Em 28 de novembro, porém, a Maxitel enviou ofício - assinado pelo gerente jurídico Túlio Renato de Souza - ao deputado, comunicando que o celular de final 70 80 era "objeto de questão judicial" em processo-crime número 261/01, na Vara-Criminal de Itapetinga, interior da Bahia.

Em contatos feitos com a juíza de Itapetinga, descobriu-se que o processo era referente a uma investigação de uma quadrilha de seqüestradores que agia na região. Na ocasião, o escrivão Wellington da Silva atestou documentalmente que o número pertencente ao deputado não estava relacionado no autos. Era o indício mais do que suficiente para uma solicitação, feita no dia 3 de fevereiro último, pelo deputado, para a abertura de inquérito policial para apurar a quebra de seu sigilo telefônico.

No dia seguinte, o delegado Ricardo Botelho enviou relatório prestando conta do andamento das investigações que vinham sendo feitas a partir daquele primeiro pedido de varredura.

Nele, dizia que já suspeitava de que algo de errado estava acontecendo, devido a "diversos empecilhos" que a TIM Maxitel estava apresentando para autorizar a vistoria nas linhas.

"Começamos a manter os mais diversos contatos. Inclusive, expedi ofício à empresa informando que o não atendimento poderia importar em delito de desobediência", escreveu.

Acrescentando: "Nesse ínterim, chegou às nossas mãos documentação dando conta de que o governo do Estado da Bahia, através de sua Secretaria de Segurança Pública, havia solicitado um mandado judicial à Vara Criminal da Comarca de Itapetinga e, nele, havia o telefone final 6080."

E continuou: "Então, colocaram o número 70 80 (do deputado Geddel) escrito à mão e solicitaram à TIM o monitoramento. Tanto assim que o documento da própria Secretaria de Segurança Pública apresenta à empresa os números cujos monitoramentos solicita e nele faz constar o desvio do telefone do deputado para um de seus analistas."

Ou seja, não parece haver dúvida de que um cidadão no exercício do mandato de deputado federal, que ocupava, até há alguns dias, o posto de líder do PMDB na Câmara e, nesta condição, mantinha conversas com as mais diversas autoridades do país - entre elas o então presidente da República - teve quebrado seu sigilo telefônico sustentado legalmente por documento fraudado.

Tudo indica, pelo relatório do superintendente da Polícia Federal na Bahia, que a alteração do ofício da juíza foi feita na Secretaria de Segurança Pública, uma vez que no mandado original não constava o número do deputado que, no entanto, aparece no pedido de monitoramento apresentado pela polícia à companhia telefônica.

Cumpra ressaltar que a fraude só foi descoberta porque um dos alvos de boatos sobre supostos grampos pediu uma varredura em seus telefones. Resta saber se provas também existem a respeito de outras autoridades - como o ministro do Trabalho, o corregedor da República, o líder do PT na Câmara e o governador da Bahia - que não tiveram a iniciativa de conferir a veracidade dos boatos. Dora Kramer - Jornal do Brasil

Crise da mídia

GZM negocia acordo com Marítima

10/02/2003

A Gazeta Mercantil, do empresário Luiz Fernando Levy, negocia um acordo com German Efromovich, dono da empresa de plataformas petrolíferas Marítima e arrendatário do Estaleiro Mauá, que visa a resolver a

crise financeira da empresa. Pelos termos do acordo, Efromovich firma um contrato de gestão administrativa e financeira do jornal pelo prazo de um ano. O contrato prevê uma cláusula de opção de compra de uma participação de até 50% das ações de controle do grupo Gazeta Mercantil (GZM) durante esse período.

As negociações com Efromovitch intensificaram-se na semana passada, depois que a GZM voltou a ter conversas com o empresário Nelson Tanure, do Jornal do Brasil. Tanure é credor da Gazeta e, em 2002, adquiriu uma opção de compra de créditos que o Bank of America tinha com a GZM. Segundo ele, a aquisição o coloca como o maior credor privado da Gazeta. Levy contesta na Justiça os créditos do BofA. Segundo o Valor apurou, um contato entre emissários de Tanure e de Levy ocorreu na segunda-feira passada e, entre quarta e quinta-feira, foi apresentada à Gazeta uma proposta por escrito. Na sexta-feira, Levy já anunciava que estava fechando com Efromovitch, concorrente de Tanure na indústria naval. Segundo fonte próxima a Efromovich, o contrato de gestão deve ser assinado em 20 dias. A negociação não envolve investimento expressivo, nem compra imediata do controle da GZM. Isso só vai ocorrer em outra fase, após estudo da situação financeira e jurídica do jornal. Efromovich teria partido em viagem para a Europa no sábado e, segundo sua assessoria, não há reuniões marcadas no exterior com Levy. Antes de viajar, o dono da Marítima afirmou a pessoas próximas que a decisão de compra de uma participação na Gazeta só ocorrerá depois de se certificar sobre o desimpedimento da marca Gazeta Mercantil e as possibilidades de retorno da empresa ao Refis (programa de recuperação fiscal). A associação de funcionários da GZM obteve uma liminar na Justiça em janeiro que arrestou a marca como garantia para as dívidas trabalhistas.

Levy, que deve permanecer à frente da direção editorial do jornal, não foi encontrado para falar sobre o acordo. Segundo apurou o Valor, na sexta-feira o diretor de redação, Luiz Recena, comunicou a editores do jornal que "com o contrato de gestão, em 20 de fevereiro seria paga a parcela quinzenal dos salários do mês e a partir daí os pagamentos seriam feitos em dia". Quanto aos valores atrasados, seriam acertados no futuro, "com receita que o jornal espera obter da safra de publicações de balanços de empresas".

O porta-voz da associação dos funcionários, o ex-editor-chefe Paulo Totti, disse que os funcionários tem oito meses de salários a receber, incluindo os 13º de 2001 e 2002. "A associação gostaria de conhecer os termos do contrato de gestão", afirmou. Segundo ele, foi definido que qualquer mudança societária na GZM terá de ser comunicada à Justiça.

O Valor apurou também que a Gazeta fechou um acordo com o fundo de pensão Sistel, proprietário do prédio ocupado pelo jornal em São Paulo. A Sistel entrou com ações na Justiça para receber cerca de R\$ 30 milhões de um acordo judicial descumprido e uma ação de despejo. Com isso, a Gazeta vai desocupar o local em breve, mudando-se para um prédio na rua Boa Vista, centro velho de São Paulo. Valor Econômico

Caso UOL

08/02/2003

Os pequenos e médios provedores de acesso descartados pelo UOL estão se mobilizando através da Abraafi, Associação brasileira dos provedores de acesso e afiliados, com página em < www.abraafi.org.br >, para ir à luta. Muitos escreveram para cá na semana passada, a respeito da nota que publiquei; suas histórias são, previsivelmente, bastante parecidas, e falam de empresas que nasceram em fundos de quintal e quartos de empregada, às custas de muito trabalho conquistaram a sua clientela, cresceram, tornaram-se cobiçáveis, assinaram contrato — e agora têm que recomeçar do zero.

"E nós que pensávamos que a força do projeto Afiliados UOL tinha um grande peso de consciência social por parte de quem o criou!" diz um deles, do interior. "Que terrível nossa agonia! Faz dez dias que não consigo fechar os olhos!"

Mas os ex-afiliados do UOL não estão sozinhos. Hoje, com a "internet grátis" oferecida por provedores pertencentes a empresas de telefonia, a maioria dos independentes está com a corda no pescoço.

"Os provedores, pequenos e médios, têm sofrido um verdadeiro massacre das teles e têm convivido com situações surrealistas como essa do UOL e de seus ex-afiliados, e o que é pior, sem nenhum respaldo efetivo da Anatel ou de qualquer instituição governamental", escreveu Tânia Eberhart, da Annex Informática, que escolhi como "porta-voz" pela concisão da mensagem. "Sou diretora de um pequeno provedor no interior do RS e tenho como principais fornecedores os meus maiores concorrentes, que não têm interesse em nossa permanência no mercado. Quando fazemos denúncias, temos como consequência as retaliações mal disfarçadas que se dão através de "problemas" nos serviços que nos são prestados — pelos quais pagamos preços acima do valor real de mercado, e que são essenciais ao nosso funcionamento — e um suporte moroso, o que invariavelmente compromete nossa imagem junto aos clientes. É uma competição completamente predatória, em todos os sentidos.

É uma lástima que se permita o que está acontecendo com esses 255 provedores, ex-afiliados da UOL; mas todos os demais também vêm padecendo, de uma ou de outra forma, convivendo com as disparidades que mencionei. Precisamos, e muito, que a imprensa especializada fale sobre isso e desperte tanto o cidadão como aqueles que têm responsabilidade de regulamentar o mercado."

Alguns usuários escreveram também. Uns indignados com a situação, leais aos pequenos provedores locais; outros queixando-se da rasteira, porque foram diretamente afetados pela ação do UOL. O "porta-voz" que escolhi entre eles é o Martinho Santos, de Miguel Pereira (que, no fim da mensagem, me disse que foi colega de planador do Paulinho, meu filho, na época em que morava em Brasília; um abraço grande, Martinho!):

"Li sua coluna de hoje e acrescento a informação que a UOL, com sua inopinada atitude, está causando outras vítimas, usuários que, como eu, acessavam a internet através de DDD para cidades mais próximas, no caso Vassouras e Barra do Pirai, pois resido em Miguel Pereira.

Com o novo número de acesso, tornou-se impossível discar para essas cidades, já que a única alternativa oferecida pelo UOL é acessar pelo Rio de Janeiro. Isso, obviamente, inviabiliza o nosso acesso, por causa do elevado valor da tarifa.

Já enviei àquele provedor inúmeros emails e fiz vários contatos telefônicos, sem qualquer êxito, sendo que agora nem respondem mais aos meus emails, ou sequer confirmam, automaticamente, seu recebimento.

Tenho uma assinatura anual do UOL, inteiramente paga, vigorando até o próximo dia dez de agosto. Apesar disso, estaria sem acesso à internet se não tivesse entrado em funcionamento nesta cidade, no mês passado, um provedor local (MPlink), de que passei a ser cliente em emergência.

Estou próximo a apelar para o Procon e para a Anatel, pois minha paciência está no fim. Será que seriam os órgãos adequados? O que me aconselha a fazer para que adotem conduta de gente séria e honesta?"

O Procon e a Anatel são, sim, os órgãos adequados; infelizmente, nenhum tem demonstrado suficiente agilidade neste caso. Não posso fazer nada para que empresa alguma mude de conduta. A única coisa que posso aconselhar, ao Martinho e a todos, é, além de se armar de muita paciência, reclamar, reclamar, reclamar.

Um dia, talvez, alguém ouça o barulho. Cora Rónai - O GLoBo

Crimes eletrônicos na mira da polícia

10/02/2003

Pirataria, fraudes com cartão de crédito e 'internet banking' são as principais ocorrências da DRCI. Vírus de computador, invasões de sistemas, ameaças por e-mail, fraudes em sites de leilões, desvios ilegais de contas bancárias, publicação de fotos de pedofilia, pirataria de software, clonagem de cartões de crédito. Além de a lista de crimes que podem ser cometidos com a ajuda de computadores ser extensa, a Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), da Polícia Civil do Rio de Janeiro, precisa lidar com leis que não estão adaptadas para o mundo digital, mas seu funcionamento mostra que o ciberespaço começa a perder o clima de faroeste.

Pelo menos uma vez ao dia chega à delegacia especializada uma queixa de desvio de dinheiro de contas bancárias de pessoas físicas através de *internet banking*. Apesar de o sistema ser considerado seguros, muitas vezes o computador utilizado pelo cliente não é. Se o usuário do computador inadvertidamente instala um programa que armazena as palavras digitadas no computador, permitindo a um fraudador recolher suas senhas, ou utiliza um computador público, corre o risco de ter sua conta invadida.

Uma equipe da DRCI está sendo destacada para cuidar exclusivamente desse tipo de crime, mas todas as investigações param no momento em que é necessária a colaboração das instituições financeiras.

- Precisamos de parcerias dos bancos, que até agora preferem ressarcir o correntista e assumir o prejuízo que fornecer as informações que possibilitariam a identificação do criminoso - explica a delegada Beatriz Senra.

Além dos desvios de contas feitas por *internet banking*, a pirataria de software é uma prioridade na DRCI. Aqui o problema não é jurídico, mas tecnológico: a facilidade das cópias de programas aumentou o número de pessoas envolvidas com ele.

Na última semana quatro pessoas foram presas vendendo software pirata no centro do Rio de Janeiro, e cerca de 200 CDs foram apreendidos. Apesar de não ser difícil encontrar vendedores ambulantes comercializando programas obtidos ilegalmente, a pena para o crime pode chegar a quatro anos de detenção.

- Essas foram apenas as primeiras, estamos avaliando a extensão do problema. E a situação é grave, tanto que as prisões foram muito fáceis - afirma Marcos Pereira, chefe da investigação da DRCI.

Apesar de a pirataria de software não ser uma atividade nova, no último ano transita pelo Centro do Rio de Janeiro pôde observar um aumento no número de pessoas comercializando software pirata. Estima-se que diariamente são comercializados na cidade 10 mil CDs com software pirata. Isso não ocorre por acaso, pois, segundo investigações da polícia, alguns dos vendedores de softwares ilegais têm associação com o tráfico, repassando drogas que são pagas em outros pontos.

- Isso é feito de maneira muito camuflada, mas nosso objetivo é pegar alguém com o CD e o entorpecente - afirma Marcos Pereira.

Contando com 16 funcionários, as investigações da DRCI ocasionalmente ainda esbarram nas políticas de alguns provedores. Em determinadas situações eles se recusam a fornecer informações que permitam a identificação de pessoas que usaram suas redes, sob a alegação de que elas são protegidas pelo sigilo de correspondência.

- O sigilo deve servir para proteger o conteúdo das mensagens trocadas na rede, e não informações como o número de telefone ou número IP - opina a delegada. (B.L.) Jornal do Brasil

Indústria Fonográfica

Venda de CDs cai 40% em 2002

10/02/2003

Fecomercio culpa pirataria

A venda de CDs de 2002 registrou o pior desempenho no comércio com queda de 39% no faturamento em relação a 2001. Foi o que constatou a Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista (PCCV) da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP). A previsão para este ano é de que as vendas mundiais de CD cairão 6% em relação a 2002, provocando o fechamento de 600 mil postos de trabalho somente na Europa. O vilão apontado é a pirataria.

Segundo o assessor econômico da Fecomercio, Fábio Pina, não houve motivo econômico que levasse a essa queda tão brusca. Nem outros setores tiveram essa queda.

- E no mesmo momento a tecnologia de cópia de CDs tem crescido - diz o assessor destacando que desde 2000 há uma queda de 60% no setor.

Para o assessor, a distribuição de música na internet ainda não é o fator mais preocupante porque alcança um público ainda restrito, mas tende a ganhar proporções bem maiores. Apesar da indústria fonográfica estar em crise antes da onda de pirataria, a venda ilegal de CDs domina 53% do mercado, de acordo com o último dado oficial da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI). O mercado brasileiro já foi o sexto maior do mundo e atualmente ocupa a 12ª posição no ranking de faturamento - e a terceira no de pirataria.

O assunto está tão em voga que virou enredo de carnaval da Imperatriz Leopoldinense, do Grupo Especial do Rio de Janeiro, e vai ser encarado de maneira diferente na Avenida do Samba. Em tom bem-humorado, o único personagem que não nos atemoriza é 'o pirata da perna de pau, do olho de vidro e da cara de mau'.

- Queremos mostrar que o pirata sempre existiu e que todos acabam prejudicados - explica a carnavalesca da escola, Rosa Magalhães. Alexandre Fontoura - Jornal do Brasil

Mídia global

Franceses Pouco Confiantes nos "Media"

10/02/2003

Os franceses mostram um interesse crescente pela actualidade, mas, paradoxalmente, manifestam uma desconfiança crescente nos "media", revela a sondagem anual Sofres para o semanário "Le Point" e o diário "La Croix".

No ano transacto, 72 por cento dos franceses seguiram assiduamente a actualidade, contra 66 por cento em 2001. Mas a imprensa e a televisão acusam uma nítida erosão de credibilidade, descendo abaixo da fasquia de 50 por cento no índice de confiança. Apenas 44 por cento dos leitores de jornais e de semanários pensam que "os acontecimentos se desenrolaram mais ou menos como os jornais os contam", contra 50 por cento um ano antes. Por seu lado, só 45 por cento dos telespectadores confiam nos noticiários das televisões, contra 51 por cento em 2001. As rádios suscitam menos cepticismo, com 55 por cento dos auditores a considerá-las "credíveis" - um pequeno ponto percentual a menos do que em 2001. Os "cépticos" são maioritários na idade da maturidade (35 a 64 anos) e são tão numerosos entre os quadros superiores e as profissões liberais, como entre os franceses que não fizeram estudos. Jornal Público

Imprensa FNDC
imprensa@fndc.com.br
(51) 3337-4800 r. 223
www.fndc.com.br

Esta mensagem foi verificada pelo E-mail Protegido Terra.

Scan engine: VirusScan / Atualizado em 05/02/2003 / Versão: 1.3.13

Proteja o seu e-mail Terra: <http://www.emailprotegido.terra.com.br/>